

SABERES E AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA DA ÁGUA DA COMUNIDADE DE IVAPORUNDUVA (Eldorado-SP): processos de luta e resistência

Palavras-Chave: Água, Autogestão Comunitária, Ivaporunduva

Autores(as):

Joabi dos Santos Silva, IG – UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Leda Maria Caira Gitahy (orientadora), IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O presente documento configura-se em um resumo expandido – submetido ao XXXII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – da pesquisa PIBIC “**SABERES E AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA DA ÁGUA DA COMUNIDADE DE IVAPORUNDUVA (Eldorado-SP): processos de luta e resistência**”, cujo objetivo foi discutir a relação entre a água e a comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada em Eldorado (SP), na região do Vale do Ribeira, perpassando pelos processos de luta e autogestão comunitária visando à proteção e conservação do recurso em questão.

Destaca-se que a pesquisa esteve integrada as atividades do Laboratório de Tecnologias e Transformações Sociais (LABTTS) do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp (DPCT/IG). Possuindo caráter qualitativo e se pautando em dados secundários, organizou-se em três etapas: 1) Levantamento bibliográfico, organização do banco de dados e revisão de literatura; 2) Produção de referencial teórico; 3) Refinamento e disseminação de resultados.

Além disso, a pesquisa também esteve relacionada ao projeto internacional ENDURE: *Inequalities, Community Resilience and New Governance Modalities in a Post-Pandemic World*, que se trata de uma plataforma transatlântica que integra 15 instituições de 12 países, sob coordenação da Alemanha. No Brasil, o projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o processo nº 2021/07839-2. O projeto investiga as consequências de curto e longo prazos provocadas pela pandemia de Covid-19 e, para tanto, se divide em 5 clusters, sendo o segundo denominado “Desafiando desigualdades no mundo Pós-Covid: mobilização, agência e pertencimento”, ao qual esta pesquisa se alinha, pois, um de seus focos de atuação tem sido os processos de resistência, resiliência e autogestão comunitária em comunidades periféricas urbanas e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Por fim, em menor medida, a presente pesquisa esteve relacionada ao já finalizado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do bolsista PIBIC, intitulado “A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19: O Caso da Cooperquival e as Periferias Urbanas da Cidade de São Paulo – SP” (SILVA, 2023). O TCC desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, cujo objetivo foi estudar a relação campo-cidade no combate à insegurança alimentar no período pandêmico, abrangendo as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e as periferias urbanas da cidade de São Paulo e Região Metropolitana, inspirou a realização da presente investigação PIBIC.

METODOLOGIA:

A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa se configurou em um estudo de caso que convergiu com as atividades do LABTTS, assim como com os objetivos do projeto ENDURE e PHOENIX. A pesquisa foi essencialmente de dimensão teórica, pretendia-se inicialmente realizar trabalhos de campo nos seis meses finais da pesquisa – o que não foi possível em decorrência de dificuldades de recursos e tempo. Portanto, a realização focou em dados secundários.

A referida dimensão teórica abrangeu técnicas de busca, revisão e sistematização de literatura, com a definição de palavras-chaves que, inicialmente foram fundamentais para a criação de um ambiente virtual no Google

Drive onde fora armazenado os materiais selecionados. As atividades dividiram-se em três etapas: 1) Levantamento bibliográfico, organização do banco de dados e revisão de literatura; 2) Produção de referencial teórico; 3) Refinamento e disseminação de resultados.

Para a primeira etapa de pesquisa, que consistia na revisão de literatura, plataformas tais como Scopus, WOS, Google Acadêmico foram de fundamental importância. Com o auxílio dessas ferramentas foi possível encontrar materiais que abrangeram os seguintes temas: i) Temática Quilombolas, com ênfase nos estudos sobre as transformações decorrentes da Constituição de 1988, que atribuiu às populações quilombolas o direito sobre seus territórios (ARRUTI, 2006; SOUZA, 2002; ALMEIDA, 2005, dentre outros); ii) Estudos sobre a região do Vale do Ribeira e sobre os quilombos ali situados para a construção de uma base contextual (DIEGUES, 2007); iii) Comunidade Quilombola de Ivaporunduva (VIEIRA, 2020; FRIZEIRO, 2016) – a revisão deste material foi de grande auxílio para construção de um referencial teórico e para as análises e discussões.

Por fim, a terceira etapa que envolve o refinamento de dados, assim como a sua disseminação, contempla para além deste documento, condicionado ao XXXII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, a produção de um artigo em coautoria, assim como a produção de um material audiovisual de divulgação dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A primeira etapa dos resultados é a apresentação do referencial teórico, construído com auxílio do levantamento e revisão de literatura, que abrange as seguintes discussões: Temática Quilombola; Vale do Ribeira e Comunidade Quilombola de Ivaporunduva. Após a apresentação dessas discussões, essa etapa se encerra com a discussão envolvendo a relação entre a água e a comunidade de Ivaporunduva.

Temática Quilombola

Originalmente, o termo “quilombo” surgiu na história brasileira para referir-se a espaços criminalizados, sendo formados por pessoas escravizadas que utilizavam a fuga como método de sobrevivência, resistência e rebeldia contra a ordem vigente. Tratando do conceito, Souza (2002, p. 3) apresenta-nos talvez uma das primeiras definições do tema, onde destaca que no ano de 1740 “em correspondência entre o Rei de Portugal e o Conselho Ultramarino, quilombos ou mocambos foram definidos como ‘toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles’”. Citando Almeida (2002), a autora ainda menciona que as bases elementares deste conceito eram: fuga; quantidade de fugitivos; isolamento geográfico; moradia habitual e capacidade de reprodução e autoconsumo.

O’DWYER (2002), destaca que durante muito tempo o termo “quilombo” foi se uso praticamente exclusivo dos historiadores, devido ao desaparecimento deste conceito da base legal do Brasil, após a Proclamação da República em 1889. O retorno se deu quase um século depois através da promulgação da Constituição Federal em 1988, onde os quilombos passaram a serem tratados como “categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de ‘remanescentes’” (SOUZA, 2002, p. 3). O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna de 1988 destaca o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Atualmente, os quilombos são compreendidos como comunidades negras rurais ou urbanas com características identitárias diferenciadas e como espaços de resistência diante de uma sociedade pautada na exclusão (ÁGUAS, 2013). Nesse ponto, podemos refletir que diferentemente do passado (onde a resistência se expressava, dentre outras formas, por meio da fuga, um ato de rebeldia contra a ordem vigente), atualmente perpassa pela busca da efetivação do direito à terra que a CF/88 lhes garante; este processo não apenas reconhece os territórios quilombolas, como também gera a possibilidade de seus habitantes exercer suas próprias relações para com o meio, colocando em prática seus valores na relação com o espaço.

Vale do Ribeira

O vale do Ribeira – chamado desta forma em virtude da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e ao Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá – é uma região de terras férteis que se estende entre os Estados de São Paulo e Paraná, sendo constituída por 31 municípios; sendo 22 em São Paulo e 9 no Paraná. Essencialmente, trata-se de uma região muito diversificada e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (MAGRINI, 2019); (VIEIRA, 2020).

Tratando-se de aspectos históricos, Diegues (2007, p. 4) afirma que esta região foi uma das primeiras a ser disputada e colonizada pelos europeus. Antes da chegada dos invasores, a região era ocupada por povos nativos de origem Tupi “que tinham sido precedidos por outros que deixaram um grande número de sítios arqueológicos - os sambaquis ou casqueiros constituídos de cascas de moluscos e restos de peixes”. Mais especificamente, a região era

ocupada “à época dos descobrimentos pelos Tupiniquins entre São Vicente e sul da região lagunar {...} e pelos Carijó a partir dali, predominado os Tupinambás no litoral norte paulista que consumiam mariscos, cujas cascas deram origem aos inúmeros sambaquis”.

Promovendo uma caracterização da população da região, Diegues (2007, p. 16) destaca que no Vale do Ribeira há um verdadeiro mosaico de paisagens e populações distintas, com destaque para “os caiçaras, na faixa litorânea, quilombolas, espalhados em toda a região, principalmente no Médio Ribeira, os caipiras existentes no Médio e Alto Ribeira e migrantes norte-americanos, alemães, austríacos e japoneses no Médio Ribeira e no litoral”. No que tange a população quilombola, destaca-se que atualmente há cerca de 50 comunidades remanescentes de quilombos, fazendo do Vale do Ribeira a região paulistana com a maior concentração de comunidades quilombolas. As origens destas comunidades remetem à mineração de ouro por meio de mão de obra escravizada; atividade que predominou na região entre os séculos XVII e XVIII. Quando a exploração do ouro começou a demonstrar declínios, os mineradores partiram para outras localidades, sobretudo Minas Gerais, deixando os indivíduos escravizados para trás que se tornaram livres e se estabeleceram na região, formando suas comunidades (CÍLIOS DO RIBEIRA, 2011); (FRIZERO, 2016).

A alta concentração de comunidades quilombolas na região reflete na conservação ambiental. Segundo Vieira (2020), em nível nacional, o Vale do Ribeira apresenta a maior concentração contínua do bioma Mata Atlântica, além de uma variedade de Unidades de Conservação (UCs) que abrangem aproximadamente 60% da região em questão. A referida autora (2020, p. 15) destaca que o “contínuo de áreas preservadas visa conciliar a conservação do Bioma Mata Atlântica e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais que vivem na região”.

No que tange aos aspectos econômicos da região, Diegues (2007), afirma que o Vale do Ribeira passou por diferentes ciclos econômicos ao longo da história de sua ocupação, até que em meados do século XX, a bananicultura se tornou uma das principais atividades econômicas da região, tornando-se a base geradora de emprego e renda para grande parte dos municípios da região; Chiodi et al. (2020) fornecem uma dimensão da importância dessa atividade ao afirmarem que no ano de 2017, a produção de bananas no Vale do Ribeira correspondeu a aproximadamente 22% da produção nacional e 89% da produção no Estado de São Paulo, com predomínio de produção por meio da agricultura familiar.

Comunidade Quilombola de Ivaporunduva

A comunidade quilombola de Ivaporunduva – nome oriundo do tupi que significa “rio de muitos frutos” (COSTA, 2011 apud VIEIRA, 2020, p. 17) – encontra-se localizada na margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, a cerca de 55 km da sede do município de Eldorado (SP), no Vale do Ribeira. Atualmente, a comunidade é habitada por aproximadamente 400 pessoas, divididas em 110 famílias, em um território que desde 2010 possui 2.754,63 hectares (FRIZERO, 2016).

No que diz respeito aos aspectos históricos, as origens da comunidade estão relacionados ao século XVII, quando mineradores, juntamente com pessoas escravizadas, se estabeleceram na região para explorar o ouro. Conforme já abordado anteriormente, com o declínio dessa atividade no século XVIII, os mineradores deixaram a região abandonando as terras e os indivíduos escravizados, que permaneceram na localidade formando famílias e dando origem a comunidade (FRIZERO, 2016); (VIEIRA, 2020).

Com o estabelecimento da comunidade e o declínio da exploração aurífera, a agricultura tornou-se na principal atividade econômica da região, conforme destacam Frizero (2016) e Vieira (2020). Em um primeiro momento, predominou o cultivo da monocultura de arroz, impulsionada pela demanda de outras províncias e pela chegada da família real ao Brasil no séc. XIX. No final do século 19, ocorre o declínio do cultivo do arroz e a comunidade passa a plantar alimentos para o cultivo próprio e negociar parte do excedente a fim de obter renda (ibidem).

Por fim, Frizero (2016) afirma que o processo de formação da comunidade envolveu e colaborou com a noção de pertencimento à terra, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento de uma forma de cultivo que não gera muitos danos ao ambiente, tanto que 80% do território da comunidade é coberto pela Mata Atlântica.

Comunidade Quilombola de Ivaporunduva e a Água

Grosso modo, comunidades tradicionais apresentam relações para com o meio ambiente que fogem da tônica hegemônica, que tende a objetificar a natureza e tratá-la como fonte de lucro. Se tratando da relação da comunidade quilombola de Ivaporunduva com o meio ambiente, mais especificamente com a água, percebe-se que esse recurso é parte fundamental do modo vida da comunidade em questão, pois, o ciclo hidrológico apresenta íntima relação com a agricultura praticada.

Segundo Frizero (2016), pratica-se em Ivaporunduva a chamada agricultura de coivara, com o trabalho familiar, onde há a derrubada da vegetação antes da temporada de chuvas, cujos galhos e matos são postos para secarem em local pré-determinados. “Após a secagem, a vegetação é queimada e as árvores maiores são derrubadas, seguindo um cuidadoso planejamento, de modo que a derrubada de uma árvore favoreça a queda de outras. Os troncos maiores são semiqueimados. Esse processo é chamado de fazer verão, pois acontece antes do período das chuvas. Logo em seguida, é feito o plantio” (FRIZERO, 2016, p. 4).

Com o início do período chuvoso, é realizado o plantio, cujo primeiros cultivos normalmente são o arroz e o milho, sucedidos pelo feijão. O plantio é diversificado, abrangendo além dos cultivos já citados, a mandioca, hortaliças, batata doce, cana-de-açúcar, frutas – com destaque para a banana, cultivada de modo orgânico e comercializada por meio da Associação Quilombola (FRIZERO, 2016).

Destaca-se que a prática da agricultura de coivara se insere no chamado Sistema Tradicional Agrícola (SAT), das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, sendo registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2018. Segundo a referida instituição, o SAT pode ser definido “conjunto de práticas e conhecimentos agrícolas, ecológicos, sociais, religiosos e lúdicos”, frutos da observação das dinâmicas ecológicas, da prática do manejo e da herança africana e indígena das comunidades quilombolas (IPHAN, Sem Data).

A relação da comunidade com a água também se dá no âmbito da pesca, com destaque para o rio Ribeira de Iguapé que banha a comunidade. Com base em Frizero (2016), essa atividade envolve conhecimentos sobre a dinâmica ecológica dos rios, pois, é preciso saber quais são os momentos adequados para a pesca e quais métodos empregar em cada situação, portanto, trata-se de uma relação complexa. A referida autora, aponta que uma das técnicas empregadas na comunidade é a rende de lancear, que é executada com auxílio de duas pessoas.

“Cada uma leva uma das pontas e a carregam até conseguirem caçar os peixes. São amarradas varas nas pontas da rede, para firmar. A rede é lançada e assim que os peixes ficam presos o pescador faz barulho para afugentá-los; logo em seguida, a rede é recolhida. Antigamente, eram fabricadas armadilhas artesanais, como os covos e jiquis. A tarrafa é usada por um só pescador que a joga e, em seguida, a recolhe. Esse processo pode ser feito tanto na beira, como no meio do rio, com canoas” (FRIZERO, 2016, p. 6).

Para além do modo de vida, a relação com a água também se manifesta nos campos de luta e resistência. Segundo Américo (2010), o Vale do Ribeira, que possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do território nacional, vive um dilema entre preservação do patrimônio natural e desenvolvimento – nos moldes hegemônicos – colando frente a frente forças opostas.

Faz parte deste dilema (e conflito) a aprovação, por parte do governo federal nos anos de 1990, do estudo de inventário hidrelétrico, que prevê a construção de até quatro barragens no Rio Ribeira de Iguapé, com o objetivo de gerar energia. A construção dessas barragens, que abrangeria a região do Médio Ribeira (onde se localiza Ivaporunduva), podem inundar uma área de 11 mil hectares, que ocasionaria na submersão de terras quilombolas, além de outros elementos do patrimônio ambiental, como cavernas por exemplo (AMÉRICO, 2010).

É diante desse contexto em que a continuidade do modo de vida e existência dentro do território é ameaçada, que Ivaporunduva, juntamente com outras comunidades ameaçadas criam em 1991 o Movimento de Ameaçados por Barragens (MOAB), que desde então vem resistindo ao projeto em questão.

Ainda com base em Américo (2010), percebe-se que o grande cerne da questão para as comunidades quilombolas não é necessariamente ser contra a geração de energia, mas, sim, contrária a maneira como se daria essa produção e a quem se beneficiaria com ela.

Portanto, percebe-se que a relação da comunidade de Ivaporunduva com a água acaba sendo complexa, pois, é parte significativa do modo de vida comunitário, perpassando pela agricultura e pesca. Ao mesmo tempo, é elemento de autogestão e organização comunitária em defesa do próprio território e modo de vida. A mesma água que garante a vida, a depender de seu uso, pode também significar a morte do modo de vida tradicional da comunidade de Ivaporunduva.

CONCLUSÕES:

Mediante o que fora exposto percebe-se que a relação da comunidade quilombola de Ivaporunduva com a água é diversificada, pois, por um lado está ligada ao modo de vida e cultura da comunidade, mas, também está relacionado com ameaças a existência da comunidade e, por extensão, a cultura local.

O presente trabalho demonstra, em alguma medida, que é preciso romper com a ideia de que o desenvolvimento significa apenas um tipo de configuração de sociedade e de modelo econômico. A comunidade de Ivaporunduva, por possuir um modo de vida tradicional não seria desenvolvida? Os conhecimentos locais e os saberes não se configuram em riqueza cultural e tecnológica? Acreditamos que a proteção e manutenção do modo

de vida tradicional também se passa pela ampliação do entendimento do que seria o “desenvolvimento” e a “tecnologia”. O fato dessas visões limitadas para um único sentido ainda perdurarem é o que ameaça não somente Ivaporunduva, mas também outras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil.

Por fim, tendo em vista as limitações que envolvem a produção de um resumo expandido, o foco se deu na abordagem de apenas alguns aspectos que permeiam a relação de Ivaporunduva com a água, destaca-se que essa discussão será mais aprofundada no relatório final da presente pesquisa, perpassando também pelos aspectos que envolvem os simbolismos e crenças.

BIBLIOGRAFIA

- ÁGUAS, Carla. **Quilombo em festa: pós-colonialismos e os caminhos de emancipação social** [Tese de Doutorado] Coimbra: CES/FEUC, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo W.B. **O direito étnico à terra, Orçamento & Política Socioambiental**, 13, 1-12, 2005.
- AMÉRICO, Márcia Cristina. **QUILOMBO IVAPORUNDUVA: AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O TERRITÓRIO E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO QUE GERA RENDA**. *identidade!*, v. 15, n. 1, p. 65-75, 2010.
- ARRUTI, José Maurício. 2006. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc. 370pp.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F. de; ASSIS, L. H. B. de. **O Mercado Convencional da Banana: sujeição da agricultura familiar no Vale do Ribeira-SP**. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 146–165, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.50.146-165. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9275>>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- DIEGUES, A. C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**. 2007. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- FRIZERO, M. G. **Coleção Terras de Quilombos: Comunidade Quilombola Ivaporunduva**. FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/ivaporunduva.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- IPHAN. **São Paulo – Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. Sem Data (Online). Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-sistema-agricola-tradicional-das-comunidades-quilombolas-do-vale-do-ribeira#!/map=38329&loc=-24.249223999999977,-47.10405300000001,17>>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- MAGRINI, A. 2019. **Lá no Alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- O'DWYER E. C. **Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos**. In: O'DWYER, E. C. 2002. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade* Rio de Janeiro: FGV / ABA.
- SILVA, Joabi dos Santos. **A relação campo-cidade no combate a insegurança alimentar no período da pandemia de covid-19: o caso da Cooperquival e as periferias urbanas da cidade de São Paulo-SP**. Orientação de Vicente Eudes Lemos Alves. Campinas, SP: [s.n.], 2023. 1 recurso on-line (53 p.), il., digital, arquivo PDF. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/16985>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**. *Reunião Brasileira de Antropologia*, v. 26, 2002.
- VIEIRA, Luciana M. **Do quilombo ao mercado: um estudo da pluriatividade na sustentabilidade da comunidade quilombola de Ivaporunduva, SP**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020.